De: HABITA . [mailto:habita.colectivo@gmail.com]
Enviada: 24 de novembro de 2016 17:18
Para: Gabinete Sec. Est. Adj. Ambiente <_____@mamb.gov.pt>
Cc: Pedro Soares <_____@be.parlamento.pt>; Helena Roseta <_____@ps.parlamento.pt>
Assunto: Pedido de Reunião: Bairro 6 de Maio | Suspensão dos despejos e resposta a emergência social

Exmo. Sr. Ministro do Ambiente,
Exmo. Sr. Secretário de Estado Adjunto,

Exmo. Sr. Presidente da 11ª Comissão Parlamentar
Exma Sra. Presidente do Grupo de Trabalho sobre Habitação da 11ª Comissão Parlamentar

De acordo com o que foi falado no dia 14 de Novembro, em que estivemos, associação Habita e moradores do Bairro 6 de Maio, no Ministério do Ambiente, aguardamos a marcação de uma reunião, várias vezes solicitada com os responsáveis políticos com responsabilidade e que possam actuar no âmbito de soluções para as pessoas que estão a ser despejas, sem alternativas, e sofrendo violações aos direitos humanos.

Relembramos igualmente a 11ª comissão e o seu grupo de trabalho sobre habitação que aguardamos igualmente a marcação de uma audiência, solicitada aquando o início de discussão do projecto de resolução sobre alterações ao PER, em sintonia com as recomendações com o Senhor Provedor de Justiça.

Em baixo explicamos quais têm sido as *não soluções* apresentadas pela segurança social conjuntamente com a autarquia da Amadora.

Os nossos melhores cumprimentos,
Rita Silva
Pela Associação Habita

No dia 13 de outubro de 2016 às 10:35, HABITA . <habita.colectivo@gmail.com> escreveu:
Exmos. Sr. Ministro do Ambiente,
Exmo. Sr. Secretário de Estado Adjunto,

Agradecemos a comunicação. No entanto, precisamos de esclarecer V. Exas. sobre o seguinte:

A Segurança Social atendeu os agregados despejados e a única alternativa que lhes deu foi a possibilidade de estes ficarem em centro de acolhimento temporário (os que se usam para pessoas sem abrigo) entre 5 a 15 dias, dizendo que a partir daí as pessoas deveriam encontrar uma solução. Esse facto foi também referido e documentado pelo Sr. Provedor de Justiça que não reconhece nesta proposta uma solução. Por este motivo os moradores não aceitaram esta falsa alternativa e estão a dormir em casa de vizinhos cujas casas também serão demolidas (alguns são PER, outros não). Temos a experiência de pessoas que chegaram a aceitar estas casas abrigo e foram expulsas ao fim de 15 dias/ 1 mês, uma vez que a segurança social recusava-se a continuar a pagar esse serviço. Nenhuma outra alternativa foi encontrada.

A Câmara Municipal já fez saber que apenas dará solução aos agregados recenseados no PER. Em relação aos que já foram despejados, não se vislumbra qualquer outra iniciativa por parte da autarquia. Sabemos que a autarquia tem fortes responsabilidades, mas tal como também diz o Sr. Provedor, o problema não é só da autarquia é também do governo central que não adaptou o PER convenientemente ao longo dos anos, congelou o Prohabita desde 2009 e não criou mais instrumentos que respondessem efectivamente às necessidades sociais de habitação que existem no nosso país.

Assim, não reconhecemos nesta resposta nenhuma solução concreta para os graves problemas apresentados. Gostaríamos de dizer que não estamos a falar de um grande universo de famílias neste bairro, e que a média de idades é muito elevada, com uma maioria de despejados com idades entre os 50 e os 75 anos de idades, há pessoas com graves problemas de saúde e há algumas famílias monoparentais, sobretudo de mães com crianças e rendimentos abaixo dos 300/400 euros. Todos habitam o bairro há mais de 10 anos. Estamos em

condições de providenciar a situação concreta de cada um, assim como o historial de atendimentos, a situação de saúde, económica e social. Estamos disponíveis em ajudar ao nível do desenvolvimento de melhores soluções quer seja com a segurança social quer seja com o IHRU e até com a autarquia (quisesse esta, mas da qual já não podemos esperar nada).

Assim sendo, continuamos a solicitar um encontro com o Sr. Ministro ou com o Sr. Secretario de Estado para que dessa forma tenham acesso à informação completa do que se passa no terreno.

Os nossos cumprimentos,
Rita Silva